

EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NA MADEIRA

Alice Mendonça
Universidade da Madeira

Durante a Idade Média, o ensino na Madeira encontrava-se em consonância com a situação que se vivia no Continente, ou seja, era apanágio da Igreja, e limitado aos que aspiravam à carreira eclesiástica, sendo os ensinamentos ministrados em latim sem prévia iniciação à língua materna.

Contudo, a relevância que no século XVI assumiram alguns madeirenses, nomeadamente, o padre Manuel Álvares, natural da Ribeira Brava, autor da gramática de latim, obrigatória em todas as escolas jesuítas da época, ou ainda os trabalhos poéticos de Baltazar Dias, atestam a existência de estruturas de ensino na Madeira.

Assim, as grandes igrejas, como a Sé Catedral do Funchal, tiveram desde a sua fundação, nos inícios do século XVI, mestres-escolas, que ministravam aulas com base nas leituras sagradas e onde eram professadas as disciplinas do *trivium*: Gramática, Retórica e Dialéctica. Temos ainda conhecimento em 1538 da existência de um mestre-escola na Ribeira Brava e de um mestre de gramática no Funchal. O ensino estava então circunscrito às igrejas e conventos, a alguns recolhimentos, a algumas escolas paroquiais e a algumas casas nobres ou burguesas, com professores particulares.

As transformações económicas consequentes da ampliação das relações mercantis, bem como a multiplicação dos cargos públicos e o movimento humanista, suscitaram uma procura crescente dos *mestres de ler*, recrutados entre estudantes, bacharéis, clérigos, sacristães e outros elementos, quase sempre ligados à Igreja.

A grande importância que o ensino assumiu na Ilha pode constatar-se pelo número de indivíduos que, no decurso do século XVI, receberam ordens sacras (só no período de 1538 a 1558, mais de um milhar de madeirenses¹), ao mesmo tempo que foram instituídas na Ilha as estruturas adequadas ao ensino, nomeadamente o Seminário Diocesano do Funchal em 1566 e o Colégio de

¹ Alberto Vieira (org.), *História da Madeira...*p. 82

São João Evangelista no Funchal em 1570. Este colégio, pertencente à Companhia de Jesus,² constituiu a primeira instituição de ensino regular, chegando a ser frequentado por algumas centenas de alunos. Estas duas instituições assumiram-se como as grandes escolas da Ilha, e ao longo dos séculos seguintes, influenciaram a vida educacional e cultural da Madeira.

Alguns alunos, provenientes das famílias mais abastadas, após a conclusão destes estudos, prosseguiram a sua educação escolar, deslocando-se para outras universidades, nomeadamente, Salamanca, Paris, Roma e Coimbra.

Em paralelo às duas instituições supra-referidas, mantiveram-se em funcionamento as escolas de paróquia e a escola da Sé Catedral e nas Constituições do Bispado do Funchal, promulgadas em 1579, regulamentou-se o ensino da leitura e da escrita, em diversas escolas de paróquia, embora com a obrigatoriedade, de se ministrar em simultâneo, o ensino da doutrina cristã através da Cartilha.

Ao longo do século XVII, a Educação e Instrução em Portugal mantiveram-se, monopolizados pela Companhia de Jesus e no caso particular do Funchal, este controlo foi assegurado pelo Colégio de São João Evangelista, que também controlava o Seminário Diocesano, sendo algumas das aulas do Seminário, ministradas no próprio colégio. Relativamente ao pagamento dos professores, determinou-se que “ (...) nenhum eclesiástico poderia ser pago sem apresentar certidão de ter frequentado as aulas do Colégio, pelo que dali se controlavam igualmente as diversas escolas das paróquias e a própria escola da Sé.”³

Relativamente à cultura em geral, encontramos na Madeira algumas instituições como o Paço Episcopal, a Sé, o Seminário e os vários conventos do Funchal, que possuíam as suas próprias livrarias, dotadas de livreiros e encadernadores e na transição entre os séculos XVII e XVIII foram referenciados entre os madeirenses alguns dos melhores poetas barrocos nacionais. Deste modo, já no ano de 1687 a cultura do povo madeirense foi

² Acerca da finalidade com que foi instituída a Companhia de Jesus, a Carta Apostolónica do Pontífice Romano, datada de 1540, explicita entre outros objectivos que se pretende a “formação cristã da crianças e dos rudes”, tal como refere Joaquim Ferreira Gomes, *Para a História da Educação em Portugal...* pp. 27-28.

³ A.A.V.V., *O Ensino—Universidade da Madeira ...*p. 33.

enaltecida pelo médico inglês Hans Sloane aquando da sua visita à Madeira, da qual relatou: “ considerando que esta Ilha não foi habitada, senão a partir da sua descoberta, no século XV, e que existe a fama muito generalizada de que os seus habitantes seriam criminosos para aqui banidos, eu nada mais esperava encontrar que selvajaria e grosseria. Contudo, ao chegar a terra, verifiquei como vinha enganado, porque em nenhuma outra parte encontrei cavalheiros mais educados e dotados de todo o civismo que se pode desejar.”⁴

Contudo, até às reformas pombalinas o ensino manteve-se sob a alçada da Igreja, exercendo a Companhia de Jesus um papel relevante visto que a presença dos jesuítas, além de contribuir para a alfabetização de certos grupos, permitiu ainda a continuidade dos estudos àqueles que haviam efectuado a aprendizagem inicial nas escolas de paróquia, possibilitando-lhes a frequência de cursos nas universidades do Reino e nas estrangeiras.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, iniciou-se o movimento de renovação dos estudos, de acordo com os ideais preconizados pelo movimento iluminista. Deste modo, o alvará de 28 de Junho de 1759, extinguiu todas as escolas que se regiam pelos métodos jesuítas enquanto que no ano seguinte se determinou aos mestres-escolas, a obrigatoriedade de leccionar pelos novos métodos, enumerando os manuscritos e livros impressos que deveriam ser utilizados. Neste contexto, a *Arte* da autoria do padre Manuel Álvares foi definitivamente proibida e substituída pela *Arte* renovada por António Félix Mendes e ainda pelo *Novo Método* do padre oratoriano António Pereira de Figueiredo, medidas estas de aplicação em todas as cidades e vilas do Reino. Georges Forster refere, que com a expulsão dos jesuítas, deixaram de existir escolas públicas, “ com excepção do Seminário onde um padre nomeado para tal cargo, instrui e educa dez estudantes, sendo as despesas por conta do rei.”⁵ Em 1760, nas dependências do Colégio dos Jesuítas, criou-se a Escola de Geometria e Trigonometria, com um funcionamento em moldes semelhantes à Academia Militar de Lisboa e em 1768 iniciou-se a Aula de Geometria e Desenho. A partir da nomeação de D. Tomás de Almeida,⁶ os denominados *estudos menores*, foram regulamentados tendo sido nomeado o cónego Pedro

⁴ Hans Sloane, citado em A.A.V.V., *O Ensino—Universidade da Madeira ...*p. 35.

⁵ Citação de Georges Forster in A.A.V.V., ob. cit., p. 36.

⁶ Director-Geral dos Estudos do Reino e Ultramar.

Pereira da Silva para Director dos Estudos dos novos Métodos, cargo que ocupou durante cerca de dez anos, não obstante a falta de remuneração, a qual, deveria ter ocorrido “dentro do costume da terra”, ou seja, oficialmente este pagamento deveria ser efectuado pelos pais dos alunos. Contudo, como os professores costumavam ser pagos pela Fazenda Real, o que não se verificou, teve este cónego de se deslocar a Lisboa para reivindicar os seus honorários.

Em 1771, o alvará de 4 de Junho, determinou a dependência do ensino à Real Mesa Censitória, cujo objectivo era emancipar o ensino do monopólio jesuítico para assim passar a depender do Estado. Para acorrer às despesas das suas reformas pedagógicas, o Marquês de Pombal, lançou em 1772 um novo imposto - o subsídio literário – a aplicar nas terras onde deveriam ser estabelecidos os estudos menores, sendo a sua efectivação concretizada através do alvará de 10 de Novembro, em substituição das anteriores colectas que já visavam custear a instrução pública. Nos termos deste alvará, o imposto consistia, no Reino e Ilhas dos Açores e da Madeira, em um real em cada canada de aguardente e de 160 réis em cada pipa de vinagre. Contudo, a lei apresentava o imposto como donativo e pressupunha-o como forma de pagamento dos *mestres de estudos mínimos*, para “as escolas menores fundadas pelas Leis de 28 de Agosto e de 6 de Novembro de 1772”.⁷ Este novo *donativo* começou a cobrar-se a partir de 1775, com a criação da nova Junta da Fazenda, que efectuava os quantitativos exactos para a sua cobrança e posterior pagamento aos professores, apresentando ainda a aplicação dos respectivos saldos, sendo da incumbência dos tabeliães locais a verificação de todas as operações realizadas. Foi pois, com o dinheiro deste imposto, que a Coroa custeou as despesas da nova rede de ensino e os próprios membros da Junta.

Previamente assim para a Madeira, seis mestres de *Ler, Escrever e Contar*, três professores de *Gramática Latina*, um de *Língua Grega*, um de *Retórica* e outro de *Filosofia*, embora se suspeite que a *Língua Grega* nunca se tenha efectivamente leccionado. Relativamente a esta nova situação, deparamo-nos com o primeiro professor, de *Filosofia Racional*, que tomou

⁷ in A.A.V.V., *O Ensino–Universidade da Madeira ...*p 39.

posse em 1774, na igreja de São João Evangelista do colégio do Funchal, «em presença das “pessoas mais principais”, pronunciando na ocasião da posse a sua “oração de sapiência”». ⁸ As aulas continuavam assim a decorrer no colégio dos Jesuítas e só em 1789, passaram a acumular com as aulas do Seminário.

Em 1776 foram também providas no Funchal as cadeiras de *Gramática Latina* e de *Retórica*, incumbindo ainda ao professor desta última disciplina a função de “ *mandar em fim de cada ano lectivo uma lista dos nomes, idades, filiações, Pátria, progressos e morigeração de cada um dos seus discípulos*”⁹

A cadeira de *Ler, Escrever e Contar* do Funchal iniciou-se apenas na década seguinte, mais precisamente no ano de 1786, regida por um docente oriundo do continente, tendo-se por isso, deliberado, que os seus honorários seriam de “(...) 150\$000 réis anuais, pagos em quartéis adiantados do dia que se mostrar desembarcou na dita cidade”.¹⁰

Relativamente às outras vilas do arquipélago chegam-nos algumas referências face à implementação do ensino. Assim, em **Santa Cruz**, o professor de *Gramática Latina* foi provido em 1778 enquanto que o lugar de professor de *Ler, Escrever e Contar* só foi provido, após uma década, ou seja, em 1788, por um período de seis anos e com um ordenado de 80\$000 réis por ano.

A segunda vila a ser contemplada com o ensino de *Ler, Escrever e Contar* foi **São Vicente**, em 1780, auferindo o professor a atribuição de um ordenado de 70\$000 réis “*pagos aos quartéis adiantados*”¹¹. Em 1792, foi também provido para esta vila um professor de *Gramática Latina*, este por um período de três anos e com um ordenado de 160\$000 réis.

A vila de **Machico** teve o seu primeiro professor em 1784, com a leccionação da disciplina de *Gramática Latina* que lhe conferia um ordenado de 160\$000 réis por mês e apenas em 1788 foi designado um professor de *Ler, Escrever, Contar e Catecismo*, disciplina que também no mesmo ano passou a ser leccionada na ilha de **Porto Santo** e em 1778 se alargou à **Calheta**. Para este último concelho foi também provido um professor de *Gramática Latina*, em

⁸ Idem, p. 40.

⁹ Idem, p. 42.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

1790, por um período de seis anos e com um ordenado de 160\$000 réis mensais.

Em 1793, procedeu-se também à nomeação de dois professores de *Ler, Escrever e Contar*, destinando-se um ao pequeno aglomerado populacional de Campanário¹², no concelho de **Ribeira Brava**, e o outro a **Ponta do Sol**.

No que concerne ao ensino universitário, a preferência dos madeirenses no século XVIII, incidia, quase na totalidade, na Universidade de Coimbra. Contudo, devido às condicionantes económicas e geográficas, a proporção de estudantes madeirenses na Universidade de Coimbra era bastante inferior ao total dos estudantes do Reino, embora o seu número representasse o dobro dos estudantes oriundos dos Açores.

Em termos globais, “ (...) seguia-se o esquema geral português: iam para Coimbra os filhos segundos e terceiros da nobreza, que assim iriam procurar depois na Justiça e na Fazenda, o seu sustento. Igualmente seguiam os filhos dos principais comerciantes, que tinham posses para tal. Acrescia este número a Diocese, enviando os padres (...) que instituíam depois o seu corpo de jurisprudência (...)”¹³

Ainda no século XVIII, o facto de alguns médicos madeirenses se terem destacado pelos seus trabalhos, publicados em Lisboa e também na Sociedade Médica Londrina, propiciou em 1816 os primórdios da fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Acerca da sua criação, Caldeira refere o jornal “Patriota Madeirense”, o Bispo do Funchal, D. Joaquim Menezes de Ataíde e outras entidades madeirenses, como principais mentores das diligências efectuadas perante o Governo, reforçando a necessidade da sua criação.¹⁴ Sublinhava-se assim, a premência “ de evitar o estrago da humanidade nesta Colónia, pela ignorância dos Barbeiros, que sem conhecimentos próprios andam nos campos curando gente, levando à sepultura os que ainda viveriam se fossem tratados por hábeis profissionais, ou menos ignorantes do que semelhantes curandeiros”.¹⁵ Alegando que tanto na Madeira como no Porto

¹² Actualmente uma das freguesias de Ribeira Brava.

¹³ A.A.V.V., *O Ensino-Universidade da Madeira ...* pp. 46-47.

Segundo esta fonte, alguns morgados possuíam mesmo, por cláusula, na sua instituição, verbas para os filhos segundos estudarem em Coimbra e poderem futuramente fazer face ao seu sustento. (pp. 47-48).

¹⁴ Abel Marques Caldeira, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX...*p. 83.

¹⁵ In A.A.V.V., *O Ensino-Universidade da Madeira ...* p. 52.

Santo não havia nenhum cirurgião, foi solicitada, em 1824, autorização para a ampliação da Escola de Medicina com uma disciplina de Cirurgia Operatória, facto que se concretizou em 1836.

Anteriormente eram raros os médicos que tivessem tirado o seu curso nas escolas do Continente e nas freguesias rurais não existia mesmo nenhum clínico, pelo que “os doentes pobres eram tratados por curandeiros e feiticeiros e a clínica cirúrgica era [efectuada] por barbeiros e sangradores (...) [cuja] principal ferramenta era a própria navalha de fazer barbas.”¹⁶ Segundo este autor, as sangrias excessivas, sem qualquer critério científico, produziam inúmeras vítimas, apesar de estes *barbeiros*, frequentarem o hospital onde lhes “passavam oficialmente a “carta” para o desempenho da “clínica”, isto é, para o tratamento dos seus doentes”.¹⁷

Encerrada nos primeiros anos da República, esta foi a primeira estrutura de ensino superior na Região, que ao longo da sua existência de mais de 73 anos formou cerca de 270 médicos num curso que se iniciou com a duração de três anos mas que em 1839, passou a compreender quatro anos. Possuía uma biblioteca, dotada com 420 volumes, 150 dos quais oferecidos pelo médico londrino, Dr. Lister, “com a condição de os mesmos passarem à Misericórdia do Funchal se a escola se extinguisse, tendo esta condição sido aprovada pelo Governo em 17 de Dezembro de 1844.”¹⁸

Quanto à instrução primária, institucionalizada inicialmente pelo Marquês de Pombal e posteriormente pelos governos liberais, foi também alargada à Madeira onde, tal como no continente, se sucederam várias reformas. Deste modo, a partir do século XIX, o ensino passou a constituir um dos sectores privilegiados de intervenção dos municípios, competindo às câmaras municipais a conservação das instalações e mobília, bem como o pagamento da casa e salário dos professores. Contudo, uma portaria publicada em 6 de Dezembro de 1880, passou a endossar esta responsabilidade às juntas de paróquia.

Esta nova aposta no ensino público, pretendia que a instrução fosse garantida a todos os cidadãos pelo facto de ser uma forma de regeneração da

¹⁶ Abel Marques Caldeira, ob. cit., p. 83.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Idem, p. 82.

sociedade. Assim, em 1824 foi criada no Funchal uma aula de inglês e francês e até 1848 foram criadas na Madeira 33 escolas públicas, sendo 4 do Estado e as restantes das câmaras municipais. No ano seguinte o número de escolas aumentou para 42, a par de mais 30 sustentadas por particulares e autorizadas pelo governo constitucional.

No entanto, o ensino não se cingia às escolas oficiais, pelo que já em 1819, Joseph Phelps havia criado a escola Lancasteriana, que pedagogicamente se distanciava das demais devido à ausência de palmatória. Também Mary Wilson, tentou colmatar o elevado analfabetismo, criando entre os finais do século XIX e princípios do século XX, várias escolas em alguns pontos da Ilha, nomeadamente, Porto Moniz, Arco de São Jorge, Santana, Santo da Serra, Machico e Câmara de Lobos. Outra iniciativa popular, embora envolta em polémica, foi a do médico e pastor Robert Kalley que em 1838 criou uma escola para crianças, mas que acabou por ser expulso em 1846, acusado de propaganda partidária.

Relativamente à cidade do Funchal temos conhecimento da existência do funcionamento do ensino básico primário em alguns colégios, nomeadamente, Colégio Câmara, Colégio da Rua da Mouraria, Colégio Funchalense, Colégio de João de Deus, Colégio Vila Real e ainda em algumas escolas, tais como a Escola do Polónia e a Escola do Vintém, esta última com a particularidade de ministrar um ensino gratuito aos alunos pobres.¹⁹ Estas escolas foram sempre bastante frequentadas uma vez que o ensino oficial existente não era suficiente para suprir as necessidades dos interessados.

A instrução secundária surgiu também com a reforma pombalina, que institucionalizou três aulas de latim, uma de grego, uma de retórica e outra de filosofia, as quais substituíam as extintas pelo Companhia de Jesus. Desta forma, logo no início do século XX as aulas de desenho e pintura que funcionavam no Funchal, foram reformuladas em 1836,²⁰ dando origem ao estabelecimento de um liceu que iniciou as suas aulas no ano seguinte.

Com base na antiga aula de Desenho e Pintura, fundada em 1809, criou-se em 1889 uma escola de desenho industrial, cujo objectivo era “*ministrar o*

¹⁹ Cf. Abel Marques Caldeira, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX...*

²⁰ O Decreto de 17 de Novembro de 1836 estabelecia a criação de um liceu na capital de cada distrito e ilhas adjacentes.

*ensino do desenho com aplicação à indústria ou indústrias predominantes na localidade*²¹, a qual, em 1897 foi elevada à categoria de Escola Industrial. Uma vez que nesta escola se leccionavam cadeiras de lavoures femininos, desenho elementar, arquitectónico e ornamental, e existiam oficinas de marcenaria e carpintaria, dela advieram os principais criadores e artesãos da indústria de bordados madeirenses.

Em 1926, a contra-reforma produziu alterações no sistema de ensino lançado pela primeira República. Deste modo, a partir de 1931, muitas escolas primárias foram substituídas por postos escolares, a cargo de regentes escolares²² apenas com a 4ª classe, mas com “bom comportamento moral e civil”²³, tendo sido posteriormente encerradas as Escolas do Magistério Primário. A sua reabertura em 1942, foi acompanhada da redução do curso de três para dois anos, tendendo os currículos a eliminar todo o conteúdo que fosse susceptível de equacionar a educação: “ Não devem permitir-se nas Escolas do Magistério Primário quaisquer discussões acerca das finalidades a que se destina o processo de formação dos seres humanos em fase de crescimento. Por um lado, os alunos não possuem a formação cultural necessária para discutir assuntos de tal complexidade; por outro, o nosso país não se encontra num estado de indecisão crítica respeitante à concepção de vida e aos valores sociais. Orientamo-nos, hoje, segundo valores perfeitamente definidos (...).”²⁴

A criação do Liceu do Funchal também não parece ter sido um processo pacífico, pois a sua proposta inicial foi recusada por Oliveira Salazar, em carta enviada ao então Presidente da Junta Geral do Distrito, onde se lia : “O projecto (de construção do Liceu) é uma loucura como algumas das que também aqui se fizeram. (...) O projecto foi devolvido para ser modificado e

²¹ In A.A.V.V., *O Ensino—Universidade da Madeira ...* p. 56.

²² As regentes escolares que possuíam apenas a instrução primária, preenchiam os lugares de professores diplomados, assegurando deste modo uma oferta barata de professores. Sobre este assunto poderá consultar-se Stephen Stoer, *Educação e Mudança Social em Portugal...*

²³ Alberto Vieira (org.), *História da Madeira*, p. 318.

²⁴ Cabral Pinto, “Escolas do Magistério Primário, Reforma e Contra-Reforma”, *Cadernos O Professor*, nº 6, 1977, p.15 in Stephen Stoer, *Educação e Mudança Social em Portugal...*pp. 48-49.

embaratecido. Quando voltar e mereça aprovação, o Estado participará na despesa. (...)”²⁵

A partir de 1952, definiram-se o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos, com o objectivo de combater o analfabetismo e alargar a escolaridade obrigatória para quatro anos. Desta forma, a taxa de analfabetismo que era de 71% em 1920, baixou para 33% em 1960²⁶. Ainda nesta década, o ensino secundário que só existia na cidade do Funchal, alargou-se a dois concelhos rurais - S. Vicente e Machico através da criação dos primeiros colégios.

Quanto à Igreja, continuou a ter um papel de destaque no ensino, visto que em 1947, os Padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus fundaram um seminário no Funchal e nos anos cinquenta chegaram também os Padres Salesianos. O Seminário para a formação de missionários e a Escola Salesiana de Artes e Ofícios foram, para muitos madeirenses de fracos recursos, a única forma de prossecução dos estudos, até à massificação do ensino gratuito.

Deste modo, o obscurantismo cultural continuou a caracterizar a maioria da população madeirense, afastada de todos os meios de difusão. A título de exemplo, podemos referir o facto de a primeira transmissão televisiva só se ter verificado nesta Ilha em 1972, quando no Continente já funcionava desde 1957.

Na análise que Nepomuceno²⁷ faz desta Região durante o Estado Novo, salienta o facto de muitas escolas primárias se encontrarem encerradas por falta de condições, enquanto outras, em funcionamento, não reuniam condições para o ensino. “Para uma população que rondava os 280000 habitantes, não existiam faculdades universitárias, nem sequer estabelecimentos do ensino secundário adaptados às reais necessidades do Arquipélago” visto que no Funchal, quer o Liceu, quer a Escola Industrial e Comercial se encontravam superlotados.²⁸ Apenas em fins dos anos sessenta, com Veiga Simão no Ministério da Educação, se alargou a rede escolar,

²⁵ António Oliveira Salazar, “ Carta ao Dr. João Abel de Freitas”, Lisboa, 23 de Maio de 1935, referida por Rui Nepomuceno, *Uma Perspectiva da História da Madeira*...pp. 301-303.

²⁶ Cabral Pinto, “ Escolas do Magistério Primário, Reforma e Contra-Reforma”, *Cadernos O Professor*, nº6, 1977, p.15 in Stephen Stoer, *Educação e Mudança Social em Portugal*...p. 319.

²⁷ Rui Nepomuceno, ob. cit., .p. 298.

²⁸ Ibidem.

embora, recorrendo, muitas vezes, a professores com habilitações insuficientes. Segundo Nepomuceno, os resultados estavam à vista, ou seja, mais de 50% da população madeirense era analfabeta e cerca de 80% dos jovens que concluíam a instrução primária, não prosseguiram os estudos, quase sempre devido a dificuldades económicas. O norte da Ilha permaneceu sem nenhum estabelecimento de ensino secundário e este só chegou a Machico no final da década de sessenta. Na ilha de Porto Santo, o nono ano liceal apenas se concretizou, a nível particular graças ao empenhamento das irmãs Spínola Faria.²⁹

Embora na década de 70, o ensino fosse alargado a todos os estratos sociais, a grande luta contra o analfabetismo só se verificou com a revolução de 25 de Abril de 1974 e o processo autonómico. Com a instituição da Autonomia, a escolaridade obrigatória cresceu para seis anos, o que levou a um período de grandes investimentos, de modo a efectivar a oferta escolar face às novas exigências de carácter legal.

Relativamente a esta expansão educativa, o Gabinete de Recursos e Planeamento Educativo, constitui a fonte privilegiada face ao conhecimento do alargamento da rede pública escolar, visto que nos permitiu realizar uma breve retrospectiva acerca dos estabelecimentos de educação pública implementados na Região, embora nem todos possuíssem uma precisão cronológica em termos de abertura.³⁰

Por outro lado, muitas das escolas encontravam-se, à data da realização deste estudo, em processo de desactivação face ao número de alunos que tem vindo a diminuir substancialmente, enquanto que outras se encontravam em processo de redimensionamento com o intuito de serem dotadas de melhores equipamentos e infra-estruturas que permitissem agrupar um maior número de alunos.

Por outro lado, a terminologia, bem como os ciclos que actualmente lhes estão associados, não existiam na época, pelo que a interpretação das fontes disponibilizadas terá de ser pautada pelo sistema escolar vigente em cada período cronológico.

²⁹ Sobre esta temática, baseámo-nos em Rui Nepomuceno, ob. cit., p. 298.

³⁰ De referir que limitámos o estudo descritivo do alargamento da rede escolar ao ano de 2000, visto este constituir o limite cronológico do presente trabalho.

Assim, os registos supra-referidos, indicam-nos que no concelho de **Calheta** e mais concretamente, na própria vila, foi implementada em 1972 uma escola Básica e Secundária, enquanto que no ano de 1981 a freguesia de Arco da Calheta foi dotada de duas escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar. Também as freguesias de Estreito da Calheta e de Paul do Mar beneficiaram cada uma de uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar, respectivamente em 1993 e 1996. Contudo, os registos não datados dão-nos a existência deste tipo de escolas em outras freguesias do concelho, nomeadamente Fajã da Ovelha, Jardim do Mar e Ponta do Pargo. Deste modo, após a frequência do 1º Ciclo, a vila de Calheta acolhe os níveis de ensino seguintes, o que pressupõe a deslocação dos alunos para a sede do concelho.

Quanto ao concelho de **Câmara de Lobos**, temos registo da criação de uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar nas freguesias de Estreito de Câmara de Lobos e de Curral das Freiras, em respectivamente, 1968 e 1972. Contudo, a existência de uma escola Básica de 2º e 3º Ciclos, na freguesia de Estreito de Câmara de Lobos remonta ao ano de 1978. As escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar foram sucessivamente implantadas pelas freguesias do concelho de acordo com as necessidades numéricas da população escolar: em 1982, o Estreito de Câmara de Lobos foi reforçado com outra escola deste ciclo e no mesmo ano procedeu-se também à inauguração de uma na vila de Câmara de Lobos. No ano seguinte, ou seja, em 1983, foram necessários novos reforços nas infra-estruturas educativas, os quais obrigaram à abertura de uma outra escola na freguesia de Estreito de Câmara de Lobos e de duas na vila de Câmara de Lobos. Em 1984, inaugurou-se uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar na freguesia de Jardim da Serra e em 1993, o alargamento da população escolar tornou necessária a criação de uma escola Básica de 2º e 3º Ciclos na vila de Câmara de Lobos. Contudo, uma vez que este concelho possui um elevado contingente populacional em idade escolar, deparamo-nos com a abertura de duas novas escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar nas freguesias de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos, respeitantes aos anos de 1994 e 1999. Em 2000 procedeu-se à abertura de uma nova escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar na vila de Câmara de Lobos e à criação de uma escola Básica e secundária, ambas na vila de Câmara de Lobos. Embora sem precisão de datas, possuímos ainda a indicação da existência de três

escolas do 1º Ciclo na freguesia da Quinta Grande, sendo duas delas dotadas de ensino Pré-Escolar. Contudo, face a esta implementação dos anos mais avançados nas sedes de concelho, pressupomos, mais uma vez, a necessidade de deslocação dos estudantes destes ciclos para locais com características mais urbanas.

Quanto ao concelho de **Funchal**, encontrámos registos datados com a inauguração no centro da cidade de duas escolas Secundárias; a Escola Secundária Jaime Moniz, em 1942 e a Escola Secundária Francisco Franco em 1952. No ano de 1968, temos conhecimento da abertura de uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar e em 1978 da abertura de uma escola Básica do 2º e 3º Ciclos e também de uma escola do ensino Secundário. Contudo, o alargamento da rede escolar não se limitou à cidade, estendendo-se também às freguesias mais distantes do burgo, pelo que, entre os anos de 1980 e 1986, os registos indicam-nos a abertura, à média de uma por ano, de um total de sete escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar, pertencendo respectivamente às freguesias de São Roque, Santo António, São Martinho, São Pedro, Santo António, Santa Maria Maior e São Gonçalo. Em 1989, procedeu-se mesmo à criação de uma escola Básica e Secundária na freguesia de São Martinho e em 1992 inaugurou-se a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos em São Roque. Relativamente à freguesia de Santo António temos referência da criação de duas outras escolas Básicas, em 1997 e 1999, respectivamente, contemplando uma delas o 1º Ciclo com Pré-Escolar. No ano de 2000 foram inaugurados dois estabelecimentos de ensino: a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos na freguesia de Santa Maria Maior e uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar na freguesia de São Gonçalo. Embora as fontes não especifiquem a data de abertura, foram ainda referenciadas escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar nas freguesias da Sé, São Pedro, Imaculado Coração de Maria e Monte e uma escola Básica do 2º e 3º Ciclos na freguesia de São Pedro.

Do concelho de **Machico** apenas encontramos referência datada da criação de escolas a partir do ano de 1985. Assim, neste ano foi inaugurada uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar na freguesia de Água de Pena e em 1990 foi criada uma escola idêntica na freguesia de Caniçal. No ano de 1996 as freguesias de Caniçal e Porto da Cruz, inauguraram cada uma delas uma escola Básica, sendo a do Caniçal extensiva aos 2º e 3º Ciclos. Em 1997 e

1998 foram criadas duas escolas na vila de Machico; uma do 1º Ciclo com Pré-Escolar e a outra contemplando o Ensino Básico e Secundário. Em 1999, para se atender às necessidades da população escolar, foi criada uma nova escola do 1º Ciclo nesta localidade. Embora as fontes não contemplem a data da sua criação, sabemos que existia ainda uma escola do 1º Ciclo na freguesia de Santo António da Serra.

Quanto ao concelho de **Ponta do Sol**, temos indicação, embora não datada, da existência de seis escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar, estando três delas localizadas na freguesia de Canhas, uma na freguesia de Madalena do Mar e duas na vila de Ponta do Sol. Nesta vila, sede de concelho, a implementação de uma outra escola de 1º Ciclo com Pré-Escolar e de uma escola Básica e Secundária, datam de 2001, pelo que se pressupõe que antes deste ano os estudos dos 2ºe 3º Ciclos e ainda os Secundários seriam efectuados noutra concelho limítrofe.

Relativamente ao concelho de **Porto Moniz**, a rede escolar parece-nos reduzida visto que apenas existe a indicação da criação de uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar nesta vila, desconhecendo-se contudo, a sua data de abertura. Em 1981, a freguesia de Seixal foi provida de uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar, enquanto que em 1999 o ensino Básico e Secundário se implantou na vila de Porto Moniz.

Da ilha de **Porto Santo**, sabemos que em 1968 foi dotada de uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar, embora exista a indicação da existência de outra com o mesmo nível de ensino criada em data incerta. Quanto à escola Básica e Secundária de Porto Santo a sua criação data de 1980, o que significa que a partir desta data, os jovens portossantenses poderiam efectuar os estudos secundários na sua ilha.

O concelho de **Ribeira Brava** teve na vila com o mesmo nome a Escola Básica e Secundária em 1973 enquanto que no que concerne às escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar encontramos o registo da criação de duas, respectivamente em 1982 e 1999, nas freguesias de Serra de Água e Tabua. Contudo, este concelho, beneficiou da implementação de outras escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar, as quais não obstante a impossibilidade de determinar a data de inauguração, são susceptíveis de contabilizar: quatro na freguesia de Campanário, e cinco na vila de Ribeira Brava. De salientar que existe ainda

referência à existência de uma escola de ensino Pré-Escolar na freguesia de Serra de Água.

Relativamente ao concelho de **Santa Cruz**, temos a indicação da existência de algumas escolas espalhadas pelas diferentes freguesias, embora sem a correspondente data de inauguração. Assim, são referidas três escolas de ensino Pré-Escolar localizadas respectivamente, nas freguesias de Camacha, de Gaula e na vila de Santa Cruz; uma escola do 1º Ciclo na Camacha e duas escolas do 1º Ciclo com Pré-Escolar nas vilas de Camacha e Caniço.

A partir de 1993 conseguimos precisar a abertura de novos estabelecimentos de ensino neste concelho. Assim, neste ano, inaugurou-se uma escola Básica do 2º e 3º ciclos na Camacha e em 1995, inaugurou-se também nesta freguesia uma escola do 1º Ciclo com Pré-Escolar. Em 1998 foram inauguradas três escolas: duas do 1º Ciclo com Pré-Escolar, respectivamente nas freguesias de Caniço e Gaula e uma escola Básica e Secundária na vila de Santa Cruz. No ano seguinte inaugurou-se uma escola Básica do 2º e 3º ciclos no Caniço.

Relativamente ao concelho de **Santana** foram referenciadas cinco escolas de 1º Ciclo com Pré-Escolar, correspondendo cada uma delas às freguesias de Arco de São Jorge, Faial, São Jorge e duas a Santana. Foram ainda encontrados registos relativos à existência de duas escolas de ensino Pré-Escolar, uma na freguesia de Ilha e outra em Santana, embora não tenham sido encontradas as datas das respectivas inaugurações. A freguesia de São Roque do Faial beneficiou também de uma escola de 1º Ciclo com Pré-Escolar em 1998, enquanto que a Escola Básica e Secundária de Santana, sede de concelho, teve o seu início em 1982, data a partir da qual os jovens puderam realizar os seus estudos nestes níveis sem sair do seu concelho.

O concelho de **São Vicente** beneficiou na vila com o mesmo nome, da implementação de duas escolas de ensino Pré-Escolar e de uma escola de 1º Ciclo com Pré-Escolar em datas que não conseguimos apurar. No entanto, é referenciada a criação de duas escolas de 1º Ciclo com Pré-Escolar, nos anos de 1983 e 1985, nas freguesias de Boaventura e São Vicente. Ainda neste último ano, a vila de São Vicente, sede de concelho, foi dotada de uma escola Básica e Secundária. As freguesias de Ponta Delgada e Boaventura foram

ainda beneficiadas com a criação de estabelecimentos de ensino; a primeira em 1999 com uma escola de 1º Ciclo com Pré-Escolar e a segunda no ano de 2000, com uma escola de 1º Ciclo.

Podemos pois, concluir, que a partir de 1976, com a política autonómica, assistimos a dois fenómenos distintos: por um lado verificou-se a criação de escolas em várias freguesias geograficamente isoladas e, por outro lado, assistiu-se à implementação gradual do ensino secundário em todos os concelhos da Região.

Contudo, nas pequenas povoações rurais dispersas, o acesso ao ensino ficou objectivamente diminuído, uma vez que a conclusão do 1º ciclo, pressupõe a deslocação dos alunos para a escola localizada na sede do concelho e a consequente utilização de transportes escolares, bem como os respectivos transtornos daí inerentes. Em muitos casos, além do distanciamento face ao meio de proveniência do aluno, subsistem ainda problemas relacionados com a perda de um membro do agregado familiar, necessário para a economia da família, ao nível das tarefas agrícolas e domésticas do quotidiano.

A concentração do parque escolar dos 2º e 3º ciclos nos principais aglomerados parece-nos legitimada pelo facto de a população das aldeias rurais ser bastante diminuta e separada por espaços não povoados e desprovidos de ligações viárias aceitáveis. Deste modo, uma análise mais detalhada da rede dos 2º e 3º ciclos e das condições da sua implantação na Região Autónoma da Madeira, permite concluir que a exclusiva concentração nas sedes de concelho, onde os núcleos populacionais têm dimensões razoáveis e são providos por estradas com apreciável qualidade, surge como solução e não como opção.

A apreciação das fontes disponibilizadas pelo Gabinete de Estudos e Planeamento permitiu-nos ainda inferir da importância que esta Região desde cedo atribuiu ao ensino Pré-Escolar³¹, visto que a sua implantação precoce parece estar subjacente a uma preocupação com o sucesso nas etapas escolares seguintes.

³¹ Pressupomos que a implementação das escolas actualmente designadas de "1º ciclo com pré-escolar" apenas contemplaram na sua génese o 1º ciclo, tendo sido posteriormente alargadas ao ensino pré-escolar, ou seja, apesar de os registos actuais, apresentarem as designações de pré-escolar, este só posteriormente foi introduzido.

Assim, uma vez que o 1º Ciclo constitui uma componente da Escolaridade Básica Obrigatória, a oferta de Educação Pré-Escolar tornou-se prioritária. A Lei-Quadro em vigor em todo o País preconiza-a como a etapa inicial de toda a educação, embora actualmente este nível de ensino se tenha também convertido numa necessidade face às necessidades de apoio às famílias. Deste modo, embora a referida lei determine que a componente educativa não deva exceder as cinco horas diárias, na RAM decidiu-se alargar este horário, com actividades lúdico-pedagógicas, a fim de evitar que as crianças tenham de transitar deste espaço para espaços ATL, muitas vezes adaptados para esse fim, com pessoal não qualificado e pago pelos pais, o que pressupõe a discriminação face ao poder económico das famílias. A Educação Pré-Escolar na RAM possui ainda outra especificidade face ao resto do País, que consiste na existência de duas educadoras de infância por sala, de forma a assegurar este alargamento de horário, não obstante as actividades a desenvolver sejam de carácter lúdico-pedagógico ou de apoio a outras tarefas inerentes à permanência das crianças no estabelecimento de ensino. De salientar que este alargamento do horário de funcionamento é extensivo às creches onde, apesar de não existir a obrigatoriedade de contratação de educadores de infância certificados, esta continua a verificar-se, o que simultaneamente se traduz numa maior garantia de qualidade e num aumento da empregabilidade destes docentes.

Na sequência do exposto, foi em 1987, aquando da legislação da escolaridade obrigatória para nove anos, que se iniciou na RAM um aumento da oferta da Educação Pré-Escolar. Convém ainda, salientar, que já em 1976 Benavente referia que este alargamento, a nível oficial do ensino pré-primário, constituía uma necessidade para que se conseguisse eliminar o *handicap* cultural das crianças oriundas de grupos sociais mais desfavorecidos, uma vez que “quanto mais tarde as crianças entram para a escola oficial, maior é a influencia do meio social.”³²

Os dados de que dispomos relativamente a este nível de ensino apenas particularizam a sua percentagem de cobertura, a nível concelhio, a partir do ano lectivo 1994/1995, pelo que é possível constatar o seu progressivo

³² Ana Benavente, *A Escola na Sociedade de Classes...*p. 75.

alargamento. Contudo, no âmbito deste nosso estudo optámos por limitar a apreciação do alargamento da rede escolar até ao ano lectivo 1999/2000, visto que é este ano que encerra a barreira temporal até à qual nos propusemos trabalhar.

Assim, no ano lectivo de 1994/1995 o concelho de Porto Moniz era aquele que apresentava a cobertura do Ensino Pré-Escolar mais elevada da Região, com 81,1 %, número que se alargou até atingir o valor de 94,0 % no ano lectivo 1999/2000. Contudo, este aspecto parece-nos justificado pelo facto de o número de alunos inscrito ser bastante reduzido, o que de algum modo parece ter facilitado a quase total cobertura deste nível de ensino. Relativamente aos concelhos de Porto Santo e Porto Moniz, embora o número de alunos seja também bastante reduzido, deparamo-nos com uma situação dissimétrica, visto que o acréscimo da taxa de cobertura do Ensino Pré-Escolar ocorrido até ao ano lectivo 1996/1997, foi seguido de um ligeiro decréscimo nos anos lectivos subsequentes. Por outro lado, embora o número de alunos se apresente reduzido em ambos os concelhos, os níveis de cobertura deste ensino em cada um deles são bastante distintos. Assim, os concelhos de Porto Moniz, São Vicente e Calheta foram os que apresentaram desde o ano lectivo 1994/1995 os valores mais elevados do Arquipélago, com uma percentagem de cobertura de respectivamente, 81,1 %, 74,3 % e 68,2 %, os quais aumentaram para 94,0 %, 90,0 % e 96,8 % no ano lectivo 1999/2000.

TABELA 1. EVOLUÇÃO E TAXA DE COBERTURA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NOS DIFERENTES CONCELHOS DA MADEIRA (1994-2000)

Concelhos		Anos lectivos					
		1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000
Calheta	Nºalunos	303	330	322	356	343	329
	% cobertura	68.2	79.5	89.4	99.4	97.4	96.8
Câmara de Lobos	Nºalunos	516	623	743	851	941	997
	% cobertura	26.0	31.8	36.7	43.0	50.5	57.9
Funchal	Nºalunos	2696	2669	2897	3142	3237	3230
	% cobertura	59.3	60.6	65.8	71.4	76.9	80.7
Machico	Nºalunos	416	446	463	534	541	565
	% cobertura	43.3	47.8	51.3	58.9	60.6	66.4
Ponta do Sol	Nºalunos	166	185	198	222	227	234
	% cobertura	47.6	52.6	56.9	63.2	70.1	74.5
Porto Moniz	Nºalunos	116	107	100	85	89	78
	% cobertura	81.1	88.4	90.9	98.8	94.7	94.0
Porto Santo	Nºalunos	105	129	151	134	129	112
	% cobertura	58.7	67.9	80.3	70.9	73.7	68.7
Ribeira Brava	Nºalunos	181	246	298	289	304	335
	% cobertura	34.3	46.0	57.0	56.7	56.9	63.4

Santa Cruz	Nºalunos	256	359	380	415	484	585
	% cobertura	26.1	37.0	40.0	43.0	49.1	58.5
Santana	Nºalunos	142	164	170	178	183	191
	% cobertura	46.3	54.7	57.0	66.2	74.4	78.9
São Vicente	Nºalunos	191	173	185	183	179	153
	% cobertura	74.3	74.6	79.4	90.6	94.2	90.0

Fonte: Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos

Durante este período, as taxas de cobertura mais reduzidas foram registadas nos concelhos de Câmara de Lobos e de Santa Cruz. Relativamente a Câmara de Lobos, além do número de alunos ser bastante elevado e de podermos equacionar se o sistema educativo conseguiu ou não dar resposta às solicitações, o nosso conhecimento da realidade deste concelho permite-nos concluir a fraca receptividade que os pais manifestam face à importância deste nível de ensino. Se atentarmos no concelho de Funchal, onde o número de alunos é também bastante elevado, verificamos que o nível de cobertura é muito significativo, tendo mesmo atingido uma taxa de cobertura de 80,7 % no ano lectivo de 1999/2000. Na sequência do exposto, deparamo-nos no ano lectivo de 1994/1995 com o valor mínimo de taxa de cobertura de 26,1 % no concelho de Câmara de Lobos, enquanto que na mesma data o valor mais elevado, de 81,1 %, pertence ao concelho de Porto Moniz. No ano lectivo 1999/2000 os valores mínimos e máximos desta taxa de cobertura são de respectivamente 57,9 % e 94,0 %, correspondendo aos concelhos de Câmara de Lobos e de Porto Moniz.

Um importante indicador que nos permite ajudar a compreender a evolução do sistema escolar no Arquipélago da Madeira, assim como a sua frequência, é a taxa de analfabetismo. Deste modo, a avaliação da taxa de analfabetismo efectuada por Oliveira e calculada como a percentagem de analfabetos relativamente à população total,³³ ilustra este fenómeno face a cada um dos sexos, a partir de 1890³⁴ e até 1981.

É possível constatar que no final do século XIX e no início do século XX, a grande maioria da população madeirense era analfabeta, situação que abrangia ambos os sexos. No entanto, estes valores têm de ser entendidos no contexto de forte analfabetismo, característico de todo o território nacional. Denota-se a sua progressiva diminuição, de forma regular, sem interrupções

³³ Por ser este o único critério possível face a esta data.

³⁴ Isabel Oliveira, *A Ilha da Madeira- Transição Demográfica e Emigração...*

nem acelerações. No seu estudo, Oliveira refere ainda que neste Arquipélago, contrariamente ao que aconteceu noutras regiões do País, a diferença entre os valores do analfabetismo masculino e feminino não foi muito significativa.³⁵

TABELA 2. TAXA DE ANALFABETISMO NA MADEIRA DE 1890 A 1991

Data	Analfabetismo	
	Homens	Mulheres
1890	85.6	83.4
1900	90.0	90.1
1911	84.3	81.4
1920	79.3	77.4
1930	77.0	77.6
1940	69.3	71.1
1950	55.2	58.5
1960	45.2	46.7
1970	41.2	42.7
1981	34.1	35.5

Fonte : Isabel Oliveira, A Ilha da Madeira - Transição Demográfica e Emigração, p.36

Embora durante o século XIX se tivesse verificado um alargamento da rede escolar, fruto do esforço conjunto dos municípios e do próprio governo civil, a criação de novas escolas e as constantes reformas do ensino, foram incapazes de suprir o analfabetismo no Arquipélago, que se manteve sempre bastante elevado. Deste modo, “entre finais deste século e princípios do século XX, o grupo de madeirenses que não sabia ler nem escrever representava mais de oitenta por cento da população e só a partir dos anos sessenta foi inferior aos cinquenta por cento”.³⁶

Na esteira dos objectivos que pretendemos com o presente trabalho, optámos por efectuar o cálculo da taxa de analfabetismo para cada concelho da Região, tendo como fontes os recenseamentos de 1991 e 2001. Contudo, o agrupamento dos dados apresentava-se com critérios diferentes em cada um dos momentos censitários, facto que condicionou a nossa metodologia e não permitiu manter a continuidade face ao trabalho supra-referido. Com efeito, os dados disponibilizados no recenseamento de 1991 apenas permitem o apuramento desta taxa por sexos reunidos, enquanto que o recenseamento de 2001, embora nos proporcione o cálculo para cada um dos sexos contempla no número de analfabetos os indivíduos com dez ou mais anos. A Tabela 3 representa, assim, a uniformização dos dados face a um critério susceptível de

³⁵ Idem, p. 36

³⁶ Alberto Vieira (org.), *História da Madeira*,...p. 84.

comparação e avaliação da situação de cada um dos concelhos em relação ao analfabetismo, que se reporta à actual metodologia do Instituto Nacional de Estatística face a esta taxa.³⁷

TABELA 3. EVOLUÇÃO E TAXA DE ANALFABETISMO, NOS DIFERENTES CONCELHOS DA MADEIRA (1991-2000)

Concelhos	Taxa de analfabetismo (%)	
	1991	2001
Calheta	24.3	18.8
Câmara de Lobos	18.6	15.8
Funchal	9.4	8.4
Machico	18.2	14.4
Ponta do Sol	22.1	19.0
Porto Moniz	26.1	21.8
Porto Santo	12.3	9.5
Ribeira Brava	27.7	21.7
Santa Cruz	14.5	9.4
Santana	27.1	23.8
São Vicente	23.6	22.3
RAM	15.3	12.7

Fonte: XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Deste modo, para 1991 deparamo-nos com valores que oscilam entre os 27,7 % referentes ao concelho de Ribeira Brava e os 9,4 % registados no Funchal. De salientar que em 1991, parece existir uma correlação geográfica que justifica os valores mais baixos de analfabetismo que se concentram no Funchal e nos concelhos limítrofes e na costa sul, nomeadamente Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico. A ilha de Porto Santo apresenta nesta data o segundo valor mais reduzido da Região. Ao invés, todos os concelhos da costa norte e simultaneamente mais afastados da capital, detêm as taxas de analfabetismo mais elevadas do Arquipélago.

Em 2001, com a taxa de analfabetismo a baixar em todos os concelhos da Região, o concelho de Funchal continua a deter o valor mais reduzido. Contudo, os concelhos situados a norte da ilha e, conseqüentemente, mais votados ao isolamento continuam a apresentar as taxas de analfabetismo mais elevadas do arquipélago, com valores superiores a 20.0 %, o que nos faz supor

³⁷ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário. Deste modo a fórmula utilizada é a seguinte:

Taxa de Analfabetismo = $\frac{\text{População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever}}{\text{População com 10 ou mais anos}} \times 100$

a continuidade de um modo de vida ainda ancestral, onde existe uma contiguidade entre a pobreza, a desvalorização do saber escolar e o meio envolvente. Nestes meios eminentemente rurais, “embora o contacto alargado com a vida urbana se expanda, o contraste com a cidade continua a constituir referência importante para a percepção do lugar social do camponês.”³⁸

Curioso é o facto de Ribeira Brava, concelho relativamente próximo do Funchal, manter uma percentagem de analfabetismo bastante elevada nos dois momentos censitários, quiçá justificável pelo facto de grande parte da população residir em sítios isolados, o que geograficamente dificulta o acesso às escolas, quer ainda pelo facto de estas populações privilegiarem os trabalhos agrícolas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de analfabetismo das mulheres é superior à dos homens em todos os concelhos, “ afectando cerca de um quarto da população feminina nos concelhos do norte e na Ribeira Brava.”³⁹ A mesma fonte demonstra que embora esta Região tenha registado em 2001 um decréscimo face a 1991, esta se manteve superior à do País, visto que os seus valores médios eram de respectivamente 15,3 % e 12,7 %, enquanto que no resto de Portugal a taxa de analfabetismo nos dois momentos censitários foi estimada em respectivamente 11,0 % e 9,0 %

Relativamente a este aspecto, um estudo de Almeida concluiu que a incidência do analfabetismo se intensifica particularmente em algumas fracções da população rural, onde a subsistência da família se apoia também no trabalho dos membros mais jovens, e onde a escola se encontra muitas vezes a distâncias que dificultam a presença regular pelo que são ainda frequentes as situações de abandono sem a conclusão do ensino básico. O abandono prende-se ainda com o facto de o trabalho agrícola ser um trabalho não qualificado, pelo que os saberes escolares são desnecessários para que aquele se possa desenvolver com eficácia.⁴⁰ Ainda a este propósito consideramos oportuno referir as afirmações de Rosas e Brito que, embora se reportem ao analfabetismo durante o Estado Novo, continuam a deter um

³⁸ João Ferreira de Almeida et al., *Exclusão Social...*p. 125.

³⁹ XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos Madeira..., p. LXVII.

⁴⁰ Cf. João Ferreira de Almeida, et al., *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal...*

carácter pertinente face à explicação das elevadas taxas actuais. Assim, as elevadas taxas de analfabetismo têm constituído o reflexo do atraso cultural de Portugal radicando simultaneamente em problemas económicos, sociais e de mentalidade, que se manifestavam “ no deficiente cumprimento da escolaridade obrigatória, em especial nas regiões rurais mais desfavorecidas onde a pobreza generalizada tornava indispensável desde cedo, o contributo do trabalho infantil para a economia familiar.”⁴¹

Entre as condicionantes que tradicionalmente contribuíram para as retracções das populações rurais face às obrigações escolares, encontravam-se há alguns anos as carências das redes de ensino que tornavam as deslocações das crianças às escolas, difíceis e morosas. Contudo, recentemente, quando estas carências deixam de assumir proporções relevantes, os factores parecem-nos ser de índole económica e cultural, prendendo-se ainda com a elevada faixa etária dos indivíduos que, quando adultos, não consideram relevante colmatar a ausência de escolaridade, visto que esta em nada contribuirá para a melhoria das suas condições de vida. Quanto às crianças, o valor socialmente atribuído à formação escolar não depende apenas do custo económico, mas também dos benefícios que parecem inexistentes com a sua aquisição, pois existe uma correlação directa entre a mão-de-obra agrícola e a subvalorização da aprendizagem e dos títulos escolares, visto que num meio eminentemente rural as saídas profissionais são praticamente inexistentes. As diferenças de nascimento continuam a assumir neste Arquipélago uma inegável importância, patente quer na tipologia habitações, quer no modo de vida dos mais abastados que apenas supervisionam os trabalhos rurais e que detendo o domínio técnico sobre os meios tornam perceptível a inutilidade do saber escolar aos outros grupos sociais. Desta forma, é possível antever as dificuldades ou mesmo as impossibilidades de ascensão social do campesinato madeirense, que relega para os “outros” (os ricos) a validade de aquisição de capital escolar mesmo quando as suas crianças frequentam a escola, pelo que a sua prossecução nos estudos só se regista em casos esporádicos. Nestes grupos economicamente desfavorecidos, onde os mais velhos não frequentaram a escola, as

⁴¹ Fernando Rosas e Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo...*p. 46.

necessidades de comunicação que exigem a leitura e a escrita são supridas por vizinhos, uma vez que apesar do povoamento ser disperso, as solidariedades de vizinhança são muito fortes.

A abertura de novos estabelecimentos de ensino nos diferentes concelhos, e ainda a criação da Universidade da Madeira em 1988, tornaram perceptível a emergência de aspirações de mobilidade social das novas gerações que, incentivadas por uma lógica de mercado associada nos últimos anos ao crescimento urbano e comercial, demandaram a procura social de títulos escolares.

TABELA 4. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CONCELHO, SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO ATINGIDO (1991-2001)

		Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente
Nenhum	1991(%)	56.0	52.9	31.2	40.9	50.5	48.2	35.7	55.1	41.9	53.3	53.1
	2001(%)	21.5	21.2	13.2	13.2	23.6	24.6	14.0	26.2	15.0	25.9	24.2
	Variação	34.5	31.7	18.0	18.0	26.9	23.6	21.7	28.9	26.9	27.4	28.9
1º ciclo	1991(%)	29.4	31.8	31.0	31.0	31.2	34.7	32.6	27.7	30.9	29.0	29.6
	2001(%)	44.7	41.2	31.8	31.8	38.2	42.3	34.0	38.4	33.9	38.2	41.7
	Variação	15.3	9.4	0.8	0.8	7.0	7.6	1.4	10.7	3.0	9.2	12.1
2º ciclo	1991(%)	9.4	10.0	16.4	16.4	12.1	12.0	16.0	9.8	16.0	10.8	11.0
	2001(%)	11.5	15.6	12.3	12.3	14.1	13.4	13.6	12.4	13.9	12.3	13.1
	Variação	2.1	5.6	-4.1	-4.4	2.1	1.4	-2.4	2.6	-2.1	1.5	2.1
3º ciclo	1991(%)	3.1	3.2	10.4	10.4	3.9	2.3	9.6	4.5	6.1	4.2	3.5
	2001(%)	9.4	11.0	12.4	12.4	10.9	9.8	15.1	9.7	12.4	9.6	8.4
	Variação	6.3	7.8	2.0	2.0	7.0	7.5	5.5	5.2	6.3	5.4	4.9
Secundário	1991(%)	1.0	1.2	5.6	5.6	1.2	1.5	3.6	1.3	2.9	1.3	1.2
	2001(%)	8.8	8.1	18.1	18.1	8.3	6.9	16.2	8.4	16.6	9.2	7.5
	Variação	7.8	6.9	12.5	12.5	7.1	5.4	12.6	7.1	13.7	7.9	6.3
Médio	1991(%)	0.9	0.6	3.0	3.0	0.9	0.9	1.5	1.2	1.3	1.2	1.4
	2001(%)	0.1	0.1	0.8	0.8	0.2	0.1	0.3	0.2	0.4	0.0	0.3
	Variação	-0.8	-0.5	-2.2	-2.2	-0.7	-0.8	-1.2	-1.0	-1.1	-1.2	-1.1
Superior	1991(%)	0.2	0.3	2.4	2.4	0.2	0.4	1.0	0.4	0.9	0.2	0.2
	2001(%)	4.0	2.8	11.4	11.4	4.7	2.9	6.8	4.7	7.8	4.8	4.8
	Variação	3.8	2.5	9.0	9.0	4.5	2.5	5.8	4.3	6.9	4.6	4.6

Deste modo, é perfeitamente compreensível que os graus de escolaridade atingidos pelas populações dos diferentes concelhos tenham sofrido um aumento em todos os níveis de ensino. Assim, relativamente ao apuramento do grau de ensino atingido pelas populações de cada concelho do Arquipélago optámos por utilizar como fontes os Recenseamentos de 1991 e de 2001. Quanto ao primeiro destes recenseamentos, optámos por agregar todos os indivíduos que não concluíram o 1º ciclo do ensino básico, quer porque interromperam a sua frequência, quer porque se encontram a frequentá-lo, com todos os indivíduos que não frequentaram a escola. Esta

metodologia foi adoptada com o intuito de estabelecer um paralelismo com os dados relativos a 2001, de modo a possibilitar a sua comparação de acordo com critérios similares. Seguimos esta metodologia face aos restantes níveis de ensino, tentando simultaneamente estabelecer um paralelismo sobre as denominações de “ensino básico preparatório”, “ensino secundário unificado” e “ensino básico complementar”, as quais tentámos enquadrar nas terminologias actuais, em conformidade com o recenseamento de 2001.

Convém ainda salientar que no recenseamento de 1991, nem todos os indivíduos responderam à questão do nível de instrução, o que nos faz levantar algumas hipóteses: a eventualidade de alguns indivíduos desconhecerem as terminologias apresentadas nos questionários, não se enquadrarem em nenhuma das situações apresentadas ou ainda por se recusarem a responder. Relativamente ao Recenseamento de 2001, o número de respostas corresponde ao número de indivíduos recenseados em cada concelho.

Assim, em 1991 mais de metade da população madeirense declara não possuir nenhum nível de instrução, aspecto que assume maior expressividade nos concelhos de Calheta, Ribeira Brava e Santana. Embora esta situação tenha progredido favoravelmente ao longo da década, beneficiando todos os concelhos, a melhoria mais significativa ocorreu em Calheta, que em 1991 era o concelho mais penalizado. Deste modo, em 2001, apenas os concelhos de Ribeira Brava e Santana continuam a apresentar percentagens superiores a 25,0 % relativamente à população que diz não possuir nenhum grau de instrução. Por seu turno, é no concelho de Funchal que em ambos os momentos censitários se regista a menor percentagem de indivíduos sem nenhum grau académico.

Em 1991 cerca de 30,0 % da população madeirense possuía o 1º ciclo e, no espaço de uma década, registou-se um aumento, mais ou menos expressivo, em todos os concelhos da Região. Contudo, a fraca expressividade deste valor em alguns concelhos, nomeadamente em Funchal, Machico, Porto Santo e Santa Cruz, deve-se à transposição das habilitações para o ensino secundário, porquanto mais generalizado e valorizado.

Esta situação é ainda mais visível, através do decréscimo do número de indivíduos que nestes concelhos detêm como escolaridade atingida o 2º ciclo, aspecto que além de corroborar a nossa tese permite constatar que este ciclo

perdeu a importância de outros tempos e que a escolaridade obrigatória se conseguiu, em maior ou menor grau, efectivar. Esta efectivação da escolaridade obrigatória registou um acréscimo ao longo do período em estudo, em todos os concelhos do Arquipélago, com maior expressividade no concelho de Câmara de Lobos. De salientar, que a ilha de Porto Santo não registou grandes lacunas ao nível da efectivação da escolaridade obrigatória da sua população, visto que a conclusão do 3º ciclo se apresentou bastante elevada já em 1991. Ao invés, Calheta, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santana e São Vicente são os concelhos onde a percentagem de população com o 3º ciclo detém os valores mais baixos nos anos 90.

É de destacar que o ensino secundário apresenta os níveis mais elevados nos concelhos de Funchal, Machico, Santa Cruz e Porto Santo, aspecto que nos parece justificado em virtude de na capital e nos concelhos limítrofes, a crescente importância do sector terciário, inflacionar as exigências de formação escolar. Esta situação é idêntica à que se vive no Porto Santo, onde o sector terciário, influenciado pelas exigências impostas pelo turismo, inflacionou também as exigências académicas para a entrada no mercado de trabalho.

Quanto ao decréscimo verificado ao nível do ensino médio, entre 1991 e 2001, prende-se com o facto de os portadores destes diplomas terem prolongado os seus estudos, de modo a obterem o grau de licenciados. A esta situação não é alheio o facto de a Universidade da Madeira ter proporcionado este tipo de formação aos portadores de cursos médios, nomeadamente através dos cursos de Complemento de Formação, destinados aos Professores de 1º Ciclo e aos Educadores de Infância que detinham o título académico de bacharéis.

Na sequência da promulgação do Despacho 22/SEEI/96, que a nível nacional determinava a regulamentação dos “currículos alternativos” para “grupos específicos de população”, a Assembleia Legislativa Regional decidiu implementar, através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M, a criação de cursos de educação e formação com currículos alternativos aos do 3º ciclo do ensino básico regular ou recorrente. Esta deliberação surge sustentada na Lei de Bases do Sistema Educativo, que no n.º 4 do artigo 47 determina que os planos curriculares do ensino básico, apesar de serem estabelecidos à escala

nacional, ressalvam a existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

Deste modo, o Decreto Legislativo Regional supra-citado salienta que a diversidade social, económica e cultural, ao apresentar-se especialmente acentuada na Região Autónoma da Madeira, provoca inúmeros problemas de integração de alunos nos sistemas de ensino regular e recorrente, sobretudo naqueles que revelam “características comportamentais e de aprendizagem condicionantes do sucesso escolar, que por vezes conduzem ao abandono da escolaridade antes da conclusão do 3.º ciclo do ensino básico.”⁴²

Considerou-se que esta problemática, devido ao conjunto de circunstâncias peculiares existentes na Região, justificaria um tratamento próprio e flexível, consentido pela própria Lei de Bases.

Neste contexto, a criação de cursos com currículos alternativos aos do 3.º ciclo do Ensino Recorrente constituiu uma proposta diferente da frequência do ensino, e foi concebida com dois intuitos: tornar a escola um local mais apetecível e, simultaneamente, conseguir proporcionar experiências facilitadoras de acesso ao mercado de trabalho. Esta segunda intenção aparece expressa de forma clara no artigo 3.º, que salienta que o objectivo destes cursos com currículos alternativos será “permitir o cumprimento da escolaridade básica obrigatória e conferir um conjunto de competências, atitudes e comportamentos, pessoais e profissionais, vocacionado para a inserção no mercado de emprego.”⁴³

Deste modo, não podemos deixar de referir que este Decreto Regional apresentou uma tentativa de resposta face uma preocupação originada pelo abandono precoce da escolaridade obrigatória, acrescida pelo facto de este abandono ser acompanhado de uma ausência de qualquer qualificação profissional, que garantisse a muitos jovens a inserção na vida activa.

Por seu turno, o Artigo 2º determina que os cursos com currículos alternativos se destinam a grupos específicos de alunos do 3.º ciclo do ensino básico, que se encontrem numa das seguintes situações: insucesso escolar repetido; problemas de integração na comunidade escolar; dificuldades

⁴² Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M publicado no Diário da República –I Série A, nº 188 de 17-8-1988.

⁴³ Artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M publicado no Diário da República –I Série A, nº 188 de 17-8-1988.

condicionantes da aprendizagem ou ainda em risco de abandono da escolaridade básica.

A concretização destes objectivos surge particularizada no Artigo 5.º, que prevê que a constituição de turmas com currículos alternativos seja estruturada após um levantamento efectuado pelas escolas, dos alunos que se encontram nas situações previstas no artigo supra-referido.

De forma a promover um processo de aprendizagem mais individualizado, determina-se também que a constituição de turmas não exceda quinze alunos e que o seu acompanhamento seja assegurado com a colaboração de um psicólogo.

Uma vez que a integração no mundo de trabalho surge bastante enfatizada, esta preocupação está patente em alguns pontos do artigo 7º, onde se refere que “a componente de formação tecnológica tem por objectivos facultar conhecimentos técnico-científicos e competências profissionais de acordo com o perfil definido e facilitar a transponibilidade de conhecimentos para responder à evolução tecnológica e da profissão”⁴⁴ e que “a componente de formação técnica pode incluir a experiência prática em contexto de trabalho.”⁴⁵

Deste modo, estipula-se que a avaliação e certificação finais integrem, obrigatoriamente, uma prova de aptidão profissional, que consistirá na execução de trabalhos práticos baseados nas tarefas mais representativas da profissão objecto do curso.⁴⁶ Quanto à sua conclusão com aproveitamento determina-se a atribuição de um certificado de aptidão profissional de nível II e a equivalência ao 3.º ciclo do ensino básico.⁴⁷

Outra das medidas implementadas na Região surgiu através da Portaria n.º 133/98 publicada no Jornal Oficial, onde se legislou o regime de criação e funcionamento das “Escolas a Tempo Inteiro”,⁴⁸ como forma de proporcionar uma resposta às necessidades educativas actuais. Neste documento

⁴⁴ Ponto 4 , Artigo 7º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M publicado no Diário da República –I Série A, nº 188 de 17-8-1988.

⁴⁵ Ponto 5 , Artigo 7º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M publicado no Diário da República –I Série A, nº 188 de 17-8-1988.

⁴⁶ Tal como refere o artigo 9º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M publicado no Diário da República –I Série A, nº 188 de 17-8-1988.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Designadas por ETIs.

considera-se que foi a realidade presente, detectada através de observação circunstanciada a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, que conduziu à inevitabilidade de evoluir para um outro regime, mais ajustável em função de cada realidade escolar, “enquanto unidade orgânica não descontextualizada do meio sócio-económico-cultural, onde [...] se insere.”⁴⁹

A criação deste regime de ETI apresenta como objectivos prioritários, corresponder às necessidades educativas básicas⁵⁰ e, simultaneamente, contribuir para a formação integral das crianças, com vista a melhorar o seu sucesso escolar. Para a concretização deste modelo escolar estabeleceu-se que, além das actividades curriculares, funcionariam actividades de complemento curricular e ainda actividades extra curriculares, fixadas de acordo com os meios sócio-culturais e as reais necessidades educativas.

Neste novo modelo, onde os alunos do ensino Pré-Escolar e do 1º ciclo permanecem na escola o dia inteiro, o Apoio Pedagógico Acrescido do 1º ciclo consta do horário das actividades de Complemento Curricular e Extra Curricular.⁵¹ Por outro lado, a concretização deste modelo, pressupõe que as Actividades de Complemento Curricular e Extra Curricular se realizem em dois períodos diários, em regime de alternância, funcionando metade do número de turmas da escola com Actividades Curriculares no turno da manhã e Actividades de Complemento Curricular e Extra Curricular à tarde e vice-versa.⁵² Simultaneamente, a necessidade de colocação de mais pessoal docente de forma a assegurar o funcionamento destas actividades, acaba por se traduzir numa medida de combate ao desemprego deste grupo profissional.

Para garantir a plena concretização do bom desempenho deste modelo escolar, deliberou-se no Artigo 10.º que os directores das ETIs poderiam exercer as suas funções com dispensa total da componente lectiva.

⁴⁹ Portaria nº 133/98 da Secretaria Regional de Educação, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Série I, nº 55, 14 de Agosto de 1998.

⁵⁰ Das famílias ou dos alunos?

⁵¹ Estas actividades, tal como refere o Artigo 7.º da Portaria nº 133/98, deverão ser de carácter desportivo, artístico; de formação pluridimensional, de ligação da escola com o meio; e de desenvolvimento da dimensão europeia na educação, podendo os alunos optar pelas áreas do seu interesse.

⁵² Artigo 3º da Portaria nº 133/98 da Secretaria Regional de Educação, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Série I, nº 55, 14 de Agosto de 1998.

Embora o Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira tenha definido o regime de criação e funcionamento das Escolas a Tempo Inteiro em 1998, os dados disponíveis na Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos indicam que esta modalidade escolar já havia sido implementada na RAM. Esta constatação advém do facto de a taxa de cobertura e respectiva evolução das ETIs na Região, segundo cada concelho, datar do ano lectivo 1995/96.

Tal como se verificou com o ensino Pré-Escolar, a implementação das ETIs parece estar subjacente a uma preocupação com o sucesso escolar aliada a uma necessidade de suprir possíveis défices a nível familiar, quer na ocupação dos tempos livres das crianças quer no acompanhamento e desenvolvimento das actividades curriculares e extra-curriculares quer no ensino Pré-Escolar quer no 1º ciclo.

TABELA 5. EVOLUÇÃO E TAXA DE COBERTURA DAS ESCOLAS A TEMPO INTEIRO, NOS DIFERENTES CONCELHOS DA MADEIRA (1995-2000)

Concelhos		Anos lectivos					
		1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000
Calheta	Nºalunos	-	130	337	490	454	436
	% cobertura	-	15.3	40.9	64.4	63.1	62.9
Câmara de Lobos	Nºalunos	-	114	131	312	295	875
	% cobertura	-	3.4	4.0	9.8	9.3	28.2
Funchal	Nºalunos	-	280	299	1601	1922	2245
	% cobertura	-	5.7	6.2	33.9	42.0	51.0
Machico	Nºalunos	-	100	96	603	573	890
	% cobertura	-	7.0	6.9	47.0	45.8	75.8
Ponta do Sol	Nºalunos	-	91	89	135	134	233
	% cobertura	-	14.0	14.1	21.3	21.9	38.8
Porto Moniz	Nºalunos	-	0	0	0	55	131
	% cobertura	-	0.0	0.0	0.0	34.8	84.0
Porto Santo	Nºalunos	-	65	60	150	208	201
	% cobertura	-	22.3	23.5	64.0	100.0	100.0
Ribeira Brava	Nºalunos	-	0	201	222	224	279
	% cobertura	-	0.0	19.6	22.7	23.8	30.4
Santa Cruz	Nºalunos	-	0	0	0	519	849
	% cobertura	-	0.0	0.0	0.0	40.5	66.2
Santana	Nºalunos	-	122	209	185	265	290
	% cobertura	-	22.5	44.6	43.7	63.2	75.3
São Vicente	Nºalunos	-	199	203	227	294	181
	% cobertura	-	43.4	46.3	48.9	73.3	93.2

Fonte: Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos

Assim, no ano lectivo 1995/96 apenas se encontravam excluídos neste regime escolar os concelhos de Porto Moniz, Ribeira Brava e Santa Cruz. No ano lectivo seguinte a sua implementação estendeu-se até ao concelho de

Ribeira Brava embora só em 1998/99 esta modalidade tenha sido introduzida em Santana e Porto Moniz.

À excepção destes três concelhos, todos os outros beneficiaram em maior ou menor grau, de escolas com um funcionamento em Regime de Tempo Inteiro, desde o ano lectivo de 1995/96⁵³.

Independentemente do ano lectivo de implementação das ETIs em cada concelho, o alargamento da sua taxa de cobertura foi notória embora o ano inicial se tenha pautado por valores reduzidos.

A ilha de Porto Santo destacou-se do total regional a partir de 1998/99 devido ao facto de a sua taxa de cobertura ascender a 100,0 %, o que parece compreensível se atendermos quer ao reduzido volume do contingente escolar quer ainda à inexistência de barreiras geográficas ao nível da orografia.

Quanto a Porto Moniz, embora com uma implementação de ETIs tardia, a sua expansão foi significativa pois em 1999/2000 beneficiava de uma taxa de cobertura de 84,0 %. Inversamente, Câmara de Lobos, onde esta modalidade foi implementada nas escolas desde 1995/96, manifestou durante este período um alargamento pouco significativo. Assim em 1999/2000 a sua taxa de cobertura não conseguiu atingir os 30,0 %.

Além de Câmara de Lobos, também Ribeira Brava e Ponta do Sol apresentavam no último ano em estudo, os valores mais reduzidos da Região.

No extremo oposto, encontramos os concelhos de Porto Santo, São Vicente e Porto Moniz com as taxas de cobertura da Rede de ETIs mais elevadas do Arquipélago, respectivamente 100,0 %, 93,2 % e 84,0 %.

Contudo, esta implementação das ETIs não é completamente original, visto que já Montagner se refere a este regime, sob a designação de *lugares de substituição*, que apenas beneficiam as famílias que têm grandes dificuldades materiais, morais ou sociais.⁵⁴ Este sistema surge substanciado no sistema escolar alemão, onde a manhã é reservada às actividades curriculares e a tarde destinada às actividades desportivas, à música, às artes plásticas, etc. Segundo este autor, a criança é feita refém, ou seja, “um dia (...) a começar às 8 horas e compreendendo [o] tempo pedagógico de manhã, não pode, com

⁵³ De acordo com os dados disponibilizados.

Contudo não podemos excluir, o facto de esta implementação se ter verificado em anos lectivos anteriores sem que desse facto exista qualquer registo estatístico.

⁵⁴ Hubert Montagner, *Acabar com o Insucesso na Escola...* p. 263.

efeito, permitir a numerosas crianças ajustar os seus tempos, os seus ritmos de acção e as suas competências às do professor e das outras crianças da classe [...] sobretudo [aos alunos] que estão com insucesso na escola, e que têm já tanta dificuldade em mobilizar a atenção e os recursos intelectuais.”⁵⁵ Perante este cenário seria, pois, pertinente perguntar aos alunos do 1º ciclo o que pensarão eles do seu dia escolar. Por outro lado, não nos parece de menor importância, questionar os encarregados de educação sobre a eficácia/vantagem/desvantagem deste sistema educativo. A quem serve ele?

É também a propósito das Actividades Extra-Curriculares que Vilhena se posiciona, ao afirmar que estas constituem uma concepção de currículo mais lata, embora nelas se incluam “todas as actividades não directamente recorrentes das disciplinas nucleares.”⁵⁶ Embora a sua influência sobre a vida escolar dos alunos tenha sido reconhecida como positiva, elas não deixaram “de ser olhadas como triviais e agregadas, satélites das actividades mais académicas, não fazendo parte integrante do currículo.”⁵⁷

Esta breve resenha, efectuada através dos meandros da bibliografia madeirense, da consulta das fontes disponibilizadas e ainda da consulta de legislação regional, permitiu-nos avaliar os aspectos educativos que marcam a especificidade desta Região, quer ao nível da realidade vivida pelas populações quer ao nível das preocupações do Governo Regional relativamente à educação.

Referências bibliográficas

A.A.V.V. *O Ensino –Universidade da Madeira*, nº 15, (org. Governo da Região Autónoma da Madeira), Edicarte, Funchal, 1998.

ALMEIDA, João Ferreira de, et al., *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, 2ª ed., Celta Editora, Oeiras, 1994.

⁵⁵ Idem, p. 264.

⁵⁶ Teresa Vilhena, *Avaliar o Extracurricular...*p.44.

⁵⁷ Ibidem.

- BENAVENTE**, Ana, *A Escola na Sociedade de Classes*, Biblioteca do Educador Profissional, Livros Horizonte, Lisboa, 1976.
- CALDEIRA**, Abel Marques, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX*, 2ª ed., Eco do Funchal, Funchal, 1995.
- GOMES**, Joaquim Ferreira, *Para a História da Educação Em Portugal*, Col. Ciências da Educação, Porto Editora, Porto, 1995.
- MONTAGNER**, Hubert, *Acabar Com o Insucesso na Escola*, Col. Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, Lisboa, 1998.
- NEPOMUCENO**, Rui, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, Eco do Funchal, Funchal, 2003.
- OLIVEIRA**, Isabel Tiago de, “A Ilha da Madeira-Transição Demográfica e Emigração” in *Revista População e Sociedade* nº 5 (separata), CEPESE, Lisboa, s.d., 25-59.
- ROSAS**, Fernando; **BRANDÃO de BRITO**, J. M. (dir.), “ Analfabetismo” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 46-48.
- ROSAS**, Fernando; **BRANDÃO de BRITO**, J. M. (dir.), “ Educação Nacional” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 286-288.
- STOER**, Stephen, *Educação e Mudança Social em Portugal - 1970 -1980, Uma Década de Transição*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Lisboa, 1986.

VIEIRA, Alberto (coord.), *História da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, Funchal, 2001.

VILHENA, Teresa, *Avaliar o Extracurricular. A Referencialização Como Nova Prática de Avaliação*, Col. Perspectivas Actuais / Educação, Edições Asa, Porto, 1999.

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa, 1976.

Decreto-Lei nº 301/93 de 31 de Agosto.

Decreto Legislativo Regional n.º 17/98/M publicado no Diário da República –I Série A, nº 188 de 17-8-1988.

Despacho 22/SEEI/96 publicado no Diário da República –II Série, nº 140 de 19-6-1996.

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, 1999.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, com alterações introduzidas pelo nº 115/97, de 19 de Setembro.

Portaria nº 133/98 da Secretaria Regional de Educação, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Série I, nº 55, 14 de Agosto de 1998.

FONTES

Direcção Regional de Estatística :

Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira, Direcção Regional de Estatística, Madeira, 1998.

Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira, Direcção Regional de Estatística, Madeira, 1999.

Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira, Direcção Regional de Estatística, Madeira, 2000.

CENSOS 91, *Condição Perante a Actividade Económica*, Serviço Regional de Estatística da Madeira, Região Autónoma da Madeira, 1991.

CENSOS 91, *População*, Serviço Regional de Estatística da Madeira, Região Autónoma da Madeira, 1991.

Estatísticas da Educação, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, 1996.

XIII Recenseamento Geral da População, I.N.E., Lisboa, 1991.

XIV Recenseamento Geral da População, I.N.E., Lisboa, 2001.

Censos 1991- Resultados Definitivos, XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, 7º vol.-Região Autónoma da Madeira, I.N.E., Lisboa, 1991.

Censos 2001- Resultados Definitivos, XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, 7º vol., Região Autónoma da Madeira, I.N.E., Lisboa, 2001.

Direcção Geral de Planeamento e Recursos Educativos :

- **Detalhes das Escolas**
- **Equipamentos / Instalações da Rede Escolar da RAM**
- **Evolução e Taxa de Cobertura da Educação Pré-Escolar (1994-2000)**
- **Taxa de Cobertura das Escolas a Tempo Inteiro (ETI) – (1995-2001)**
- **Lista de Escolas – Reordenamento da Rede Regional Escolar**
- **Escolas da RAM em Funcionamento por Ano de Inauguração**

- **Geografia da Rede Escolar: Novas Escolas por Ano de Inauguração (> 1978)**
- **Documento Orientador das Escolas a Tempo Inteiro**